

A. I. N° - 02424235/93
AUTUADO - PEVEDECO AUTO PEÇAS LTDA.
AUTUANTE - FLORIANO MELHOR PINHEIRO
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
INTERNET - 25/09/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0314-03/02

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de entradas como de saídas através de levantamento quantitativo, deve ser exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária. Foi feito o levantamento fiscal, reduzindo-se o valor inicialmente apontado. 2. LIVROS FISCAIS. REGISTRO DE INVENTÁRIO. ESCRITURAÇÃO IRREGULAR. MULTA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 25/08/93, para exigir o ICMS no valor de CR\$672,80, acrescido da multa de 70%, por falta de recolhimento do imposto relativo a diferenças verificadas em levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias, referentes a:

1. entradas de mercadorias - exercício de 1989;
2. saídas de mercadorias - exercício de 1989;
3. entradas de mercadorias - exercício de 1990;
4. saídas de mercadorias - exercício de 1990;
5. descrição incompleta das referências das mercadorias no livro Registro de Inventário de 31/12/90 – multa de 3 UPFs-BA.

O autuado apresentou defesa e acostou novos demonstrativos (às fls. 596 a 695) para comprovar que as omissões apuradas em seu levantamento de estoques eram inferiores àquelas constatadas pelo autuante.

O autuante, à fl. 696, afirma que deixou de prestar sua informação fiscal em razão da falta de diversas folhas nos autos e de divergências na numeração das folhas, a partir da de n° 599.

Mesmo após diversas intimações da Inspetoria de Itabuna (fls. 697 e 698), o preposto fiscal não apresentou a informação fiscal rebatendo a argumentação defensiva.

O então relator deste processo converteu o PAF em diligência (fl. 700) para que o autuante prestasse a necessária informação fiscal, de acordo com o § 6º do artigo 127 do RPAF/99.

O autuante, às fls. 704 a 733, apresentou a sua informação fiscal analisando, item por item, os argumentos defensivos, acatando alguns e rejeitando outros. Alega a necessidade, em determinados casos, da verificação *in loco* para dirimir a controvérsia. Às fls. 732 e 733, apresenta novos demonstrativos, entretanto, não indica os novos valores de débito.

Foi expedida intimação ao autuado para que se pronunciasse sobre os novos valores apresentados pelo autuante (fls 741 e 742), mas não foi localizado em seu endereço, encontrando-se, atualmente, com sua inscrição cancelada por indeferimento de baixa, conforme documento de fl. 734.

A 4ª JJF decidiu converter o PAF em diligência, a fiscal estranho ao feito (fl. 744), para que confrontasse os levantamentos do autuante e do autuado e informasse o real valor do débito.

O diligente, às fls. 747 e 748, acostou o resultado de seu trabalho, inicialmente, informando que o autuado há muito tempo não exerce suas atividades no endereço indicado e, após exaustivo esforço, conseguiu localizar e intimar o contribuinte a apresentar os livros e documentos fiscais, conforme o documento de fl. 746.

Afirma que, após proceder a uma análise dos levantamentos elaborados pelo autuante, constatou que, inobstante “o ótimo trabalho desenvolvido, apresentam erros de transcrição, contas e datilografia”, tendo chegado a essa conclusão reproduzindo eletronicamente tais demonstrativos e transcrevendo rigorosamente os estoques, as entradas e as saídas consideradas pelo preposto fiscal.

Acrescenta que, após efetuar os ajustes necessários para retificar os equívocos (conforme os relatórios de ajustes acostados às fls. 749, 775, 777, 807, 851 e 854), passou a examinar, item por item, as alegações do autuado e chegou à conclusão que eram, em parte, procedentes, consoante o detalhamento constante no Memorial de Alterações (fls. 805 e 899) e Demonstrativo Final (fls. 779 e 856).

Dessa forma, refez o demonstrativo de débito, apurando tanto omissões de entradas como de saídas nos exercícios 1989 e 1990. Como, segundo a Portaria nº 445/98, somente pode ser exigido, nesses casos, o ICMS devido sobre o valor de maior expressão monetária, haja vista que, em sua opinião, a Portaria deve retroagir para atender ao disposto no artigo 106, do CTN, opina que deve ser cobrado o imposto no valor de NCZ\$4.329,23 (CR\$4,32), para o exercício de 1989 e Cr\$181.299,16 (CR\$181,29), para o exercício de 1990.

Ressalta que os valores históricos foram convertidos para reais, “à data da ciência do autuado (26/08/93) e do recolhimento do contribuinte (27/09/93), já que o autuado pagou parte do ICMS reclamado, conforme o DAE acostado à fl. 595.

Finaliza dizendo que não se pronunciou sobre o mérito da multa formal de 3 UPFs-BA, por não ter sido objeto de contestação.

Às fls. 909 e 910, foi juntado um Requerimento de Parcelamento de Débito, formulado pelo autuado, reconhecendo o débito no valor de CR\$2,56 (1989) e CR\$125,25 (1990), o qual foi deferido pelo Inspetor Fazendário (fl. 913).

O autuado foi intimado do resultado da diligência (fls. 914 e 915), mas não se manifestou nos autos.

VOTO

Da análise das peças processuais, constata-se que o Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS apurado em levantamento quantitativo de estoques, em decorrência de omissão de entradas e de saídas nos exercícios de 1989 e 1990. Foi cobrada, ainda, uma multa de 3 UPFs-BA por descrição incompleta das referências das mercadorias no livro Registro de Inventário de 31/12/90.

O autuado se insurgiu contra o lançamento alegando a existência de diversos equívocos cometidos pelo autuante nos levantamentos, erros que foram reconhecidos, em parte, pelo autuante.

O PAF, então, foi convertido em diligência a fiscal estranho ao feito para que dirimisse a controvérsia e o diligente constatou que o preposto fiscal cometeu “erros de transcrição, contas e datilografia” e, por essa razão, efetuou inicialmente ajustes para retificá-los. Posteriormente, o diligente examinou os argumentos defensivos e concluiu pela sua procedência, em parte, razão pela qual refez o levantamento de estoques e apurou a existência, tanto de omissão de entradas, como omissão de saídas em ambos os exercícios fiscalizados (1989 e 1990).

Nessa situação, em atendimento à Portaria nº 445/98 – que deve ser aplicada retroativamente porque é mais benéfica para o contribuinte -, deve ser cobrado o ICMS incidente sobre a diferença de maior valor monetário que, na situação em análise, foi relativa à omissão de saídas, de acordo com os demonstrativos acostados pelo diligente às fls. 780 e 857.

Sendo assim, o demonstrativo passa a ser o seguinte:

1989 - Omissão de saídas:	1990 - Omissão de saídas:
Base de Cálculo – NCZ\$25.466,08	Base de Cálculo - Cr\$1.007.217,55
ICMS (17%) – NCZ\$4.329,23	ICMS (18%) – Cr\$171.226,98
Conversão – CR\$4,33	Conversão – CR\$171,22

Ressalte-se que as moedas da época da ocorrência dos fatos geradores do imposto (31/12/89 – Cruzado Novo e 31/12/90 - Cruzeiro) devem ser convertidas para a moeda vigente na data da lavratura do Auto de Infração – Cruzeiro Real -, à razão de NC\$1.000,00 / Cr\$1,00, consoante a legislação que rege a matéria.

O autuado reconheceu e pagou, em 27/09/93, parte do débito apontado (no valor de CR\$57,80), de acordo com o DAE acostado à fl. 595 e, em 18/07/02, pediu e obteve o parcelamento relativo ao débito nos valores de CR\$2,56 (1989) e CR\$125,25(1990), embora não haja a prova de seu pagamento nos autos.

Quanto à multa indicada, de 3 UPFs-BA, por descrição incompleta das referências das mercadorias no livro Registro de Inventário de 31/12/90, entendo que deve ser mantida, tendo em vista que, embora se refira ao exercício de 1990, é uma infração de caráter acessório independente do levantamento quantitativo de estoques realizado e, ademais, não foi impugnada pelo contribuinte.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 02424235/93, lavrado contra **PEVEDECO AUTO PEÇAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **CR\$175,55**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 61, IV, “a”, da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios, além da multa de **3 UPFs-BA**, prevista no art. 61, XVIII, da mesma lei, a ser convertido para a moeda da data do pagamento, devendo a repartição competente homologar os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de setembro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR